

NEOENERGIA DOURADOS TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 27.847.973/0005-40 | Companhia Fechada

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,
Ao apresentar os resultados de 2023, a Neoenergia Dourados Transmissão de Energia S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética.

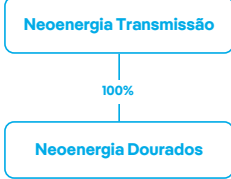
1. A NEOENERGIA DOURADOS TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

A Neoenergia Dourados Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), controlada pela Neoenergia S.A., tem por objeto social desenvolver, dentre outras, atividades de estudo, planejamento, projeção, construção, operação, manutenção e exploração de sistemas de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações e centros de controle, bem como da respectiva infraestrutura e serviços ligados a essas atividades.

Em 25 de agosto de 2023, a Neoenergia S.A. (antigo controlador) transferiu para Neoenergia Transmissão S.A. (atual controlador) a totalidade de sua participação societária na Companhia, em troca da integralidade da participação societária na Neoenergia Transmissão S.A.

1.1. Estrutura Societária

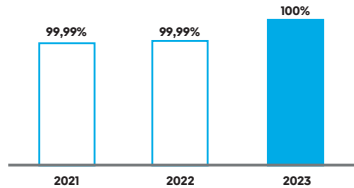
Em 31 de dezembro de 2023, a estrutura societária da Companhia era a seguinte:



2. DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 24 de abril de 2017, a Companhia venceu o leilão ANEEL 05/2016 adquirindo o direito de construir, instalar e manter as seguintes Linhas de Transmissão: Linha de Transmissão Nova Porto Primavera – Rio Brilhante, com extensão de aproximadamente 137 km, com origem na Subestação Nova Porto Primavera e término na Subestação Rio Brilhante; Linha de Transmissão Rio Brilhante – Campo Grande 2, com extensão de aproximadamente 149 km, com origem na Subestação Rio Brilhante e término na Subestação Campo Grande 2; Linha de Transmissão Campo Grande 2 – Imbrússu, com extensão de aproximadamente 57,3 km, com origem na Subestação Campo Grande 2 e término na Subestação Imbrússu; Linha de Transmissão Nova Porto Primavera – Vinhema 2, com extensão de aproximadamente 64 km, com origem na Subestação Nova Porto Primavera e término na Subestação Vinhema 2; Linha de Transmissão Rio Brilhante – Dourados 2, com extensão aproximada de 122 km, com origem na Subestação Rio Brilhante e término na Subestação Dourados 2; Linha de Transmissão Dourados 2 – Dourados, com extensão de aproximadamente 48,21 km, com origem na Subestação Dourados 2 e término na Subestação Dourados.

Em 2023, a taxa de disponibilidade da Companhia foi de 100% (99,9% em 2022 e 99,9% em 2021). O limite estabelecido pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) estipula como normal a disponibilidade entre 95% e 98%. Este indicador baliza a qualidade do serviço aferida pela ANEEL através da disponibilidade do sistema de transmissão.



3. ATIVOS EM OPERAÇÃO

3.1. Linhas de transmissão em operação

Linhas de Transmissão em Operação - Características Físicas						
Nome	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Início Operação Comercial	Vencimento da Outorga	
LT Nova Porto Primavera – Rio Brilhante	2	230kV	137	21/07/2020	11/08/2047	
LT Rio Brilhante – Campo Grande 2	1	230kV	149	01/05/2021	11/08/2047	
LT Campo Grande 2 – Imbrússu	2	230kV	57,3	01/05/2021	11/08/2047	
LT Nova Porto Primavera – Vinhema 2	2	230kV	64	27/12/2020	11/08/2047	
LT Rio Brilhante Dourados 2	1	230kV	122	03/08/2021	11/08/2047	
LT 230 KV Dourados 2 - Dourados	2	230kV	48,21	22/08/2022	11/08/2047	

3.2. Subestação em operação

Subestação em Operação - Características Físicas				
Subestação	Tensão (kV)	Capacidade Transformação (MVA)	Início Operação Comercial	Vencimento da Outorga
SE Dourados 02	230/138kV	2 x 150	03/08/2021	11/08/2047

4. RECEITA ANUAL PERMITIDA

A Receita Anual Permitida (RAP) para o ciclo 2023/2024 é de R\$ 92.116 mil (R\$ 88.627 mil para o ciclo 2022/2023) corrigida anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e o prazo de concessão é de 30 anos.

Linhas de Transmissão e Subestações em Operação - Características Financeiras					
Nome	Propriedade (%)	RAP (R\$ mil)	Ano de Degrau da RAP	Mês base reajuste	Índice de Correção
LT Nova Porto Primavera – Rio Brilhante					
LT Rio Brilhante – Campo Grande 2					
LT Campo Grande 2 – Imbrússu					
LT Nova Porto Primavera – Vinhema 2	100%	92.116	2028	Junho	IPCA
LT Rio Brilhante Dourados 2					
LT 230 KV Dourados 2 - Dourados					
SE Dourados 02					

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	33.805	48.438
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	402	109
Tributos sobre o lucro	12.782	24.955
Resultado financeiro, líquido	35.183	41.731
Alterações no capital de giro:		
Contas a receber de clientes e outros	640	(2.734)
Concessão serviço público (ativo contratual)	(3.820)	(67.116)
Fornecedores e contas pagar de empreiteiros	1.996	(466)
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	(336)	(363)
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	7.551	10.456
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	(1.334)	(379)
Outros ativos e passivos, líquidos	(4.300)	(26.603)
Caixa gerado nas operações	82.569	28.028
Encargos de dívidas pagas	(16.957)	(2.956)
Rendimentos de aplicações financeiras	6.936	3.535
Tributos sobre o lucro pagos	(512)	-
Caixa gerado nas atividades operacionais	72.036	28.607
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado e intangível	(1.157)	(74)
Aplicação de títulos e valores mobiliários	(17.356)	-
Resgate de títulos e valores mobiliários	119	-
Caixa consumido nas atividades de investimento	(18.394)	(74)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos	18.768	-
Pagamento dos custos de captação	(355)	(358)
Pagamento de principal dos empréstimos e financiamentos	(20.271)	-
Remuneração paga ao acionista	(54.000)	(8.973)
Caixa consumido nas atividades de financiamento	(55.858)	(9.331)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa no exercício	(2.216)	19.202
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	43.430	24.228
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	41.214	43.430

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)

	2023	2022
Receita operacional líquida	90.590	144.055
Custos	(6.608)	(24.497)
Custos de construção	4	(19.074)
Custos de operação	5	(6.608)
Lucro bruto	83.982	119.558
Perdas de crédito esperadas	9,1	(310)
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	5	(1.902)
Lucro operacional	81.770	115.124
Resultado financeiro	(35.183)	(41.731)
Receitas financeiras	6	7.328
Despesas financeiras	6	(43.182)
Outros resultados financeiros, líquidos	6	6.971
Lucro antes dos tributos	46.587	73.393
Tributos sobre o lucro	(12.782)	(24.955)
Diferido	7,1,1	(12.782)
Lucro líquido do exercício	33.805	48.438
Lucro básico e diluído por ação do capital – R\$:	14,2	0,17

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	33.805	48.438
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	33.805	48.438

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Constituída em 11 de maio de 2017, a Neoenergia Dourados Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Neoenergia S.A., que tem por objeto social principal desenvolver, operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para a construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia do sistema interligado nacional. Em 24 de abril de 2017, a Companhia venceu o leilão ANEEL 05/2016 adquirindo o direito de construir, instalar e manter as seguintes Linhas de Transmissão: Linha de Transmissão Nova Porto Primavera – Rio Brilhante, com extensão de aproximadamente 137 km, com origem na Subestação Nova Porto Primavera e término na Subestação Rio Brilhante; Linha de Transmissão Rio Brilhante – Campo Grande 2, com extensão de aproximadamente 149 km, com origem na Subestação Rio Brilhante e término na Subestação Campo Grande 2; Linha de Transmissão Campo Grande 2 – Imbrússu, com extensão de aproximadamente 57,3 km, com origem na Subestação Campo Grande 2 e término na Subestação Imbrússu; Linha de Transmissão Nova Porto Primavera – Vinhema 2, com extensão de aproximadamente 64 km, com origem na Subestação Nova Porto Primavera e término na Subestação Vinhema 2; Linha de Transmissão Rio Brilhante – Dourados 2, com extensão aproximada de 122 km, com origem na Subestação Rio Brilhante e término na Subestação Dourados 2; Linha de Transmissão Dourados 2 – Dourados, com extensão de aproximadamente 48,21 km com origem na Subestação Dourados 2 e término na Subestação Dourados. A Receita Anual Permitida (RAP) para o ciclo 2023/2024 é de R\$92.116 (2022/2023 é de R\$88.627) corrigida anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e o prazo de concessão é de 30 anos, a partir da assinatura do contrato de concessão, datado de 31/07/2017. **1.1. Gestão de risco financeiros e operacionais:** A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios e atividades da Companhia que geram exposição a riscos financeiros, incluindo diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial, risco de taxas de juros e índices de preços, assim como a utilização de instrumentos derivativos para proteção. A Política de Risco Operacional em Transações de Mercado estabelece o controle e gestão dos riscos nas transações de longo e curto prazo de gestão de energia e tesouraria. **1.1.1. Gestão de riscos financeiros: Considerações gerais e políticas essenciais:** A Política de Gestão de Risco do Grupo Neoenergia foi aprovada pelo Conselho de Administração e define os princípios, diretrizes e estrutura para gestão de riscos do Grupo Neoenergia, incluindo, mas não se limitando, a gestão dos riscos operacionais e financeiros, com destaque para os riscos de mercado e crédito, além de diretrizes sobre a utilização de derivativos, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos. A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado do Grupo Neoenergia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Superintendência de Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas de Auditoria Interna e de Controles Internos. A Superintendência de Riscos define as estratégias de mitigação de riscos de mercado envolvendo outras exposições e derivativos, enquanto a Superintendência Corporativa Financeira é responsável pela execução das operações que envolvam derivativos. A independência entre as áreas garante um controle efetivo sobre estas operações. A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alçadas do Grupo Neoenergia e estatuto da Companhia. As principais diretrizes em relação a estratégias de hedge são: - Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ser protegido e convertido para Reais por meio de operações de hedge; - O risco de câmbio deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor; - Instrumentos não-divida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de hedge para mitigar o risco cambial; - Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de hedge para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto à composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações; - Não é permitida a contratação de derivativos para fins especulativos. Sua utilização é dedicada exclusivamente para fins de hedge; e - Não é permitida a contratação de derivativos "exóticos" nem "alavancados". A estratégia da Companhia foi desenvolvida através da linha integrada dos riscos aos quais está exposta, considerando não apenas o risco de mercado, gerado pelas possíveis mudanças nos preços e condições das variáveis ativas e passivas nas quais mantêm posições, e o risco de liquidez, mas também o risco de crédito, proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia, entre outros.

Riscos	Origem da exposição	Gestão
Risco de mercado – Taxa de juros (incluindo inflacionários)	Empréstimos e financiamentos indexados a diferentes taxas de juros incluindo, mas não se limitando, a LIBOR e CDI.	Operações de swap, gestão de limite de exposição de ativos e passivos por componente de taxa de juros e índices inflacionários.
Risco de mercado – Preços de produtos e insumos	Volatilidade dos preços de commodities metálicas.	Contratos de longo prazo com fixação de preços aderentes às projeções internas; ou operações a termo.
Risco de crédito	Recebíveis, garantias, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros	Diversificação da carteira e políticas para monitoramento de indicadores de solvência e liquidez das contrapartes.
Risco de liquidez	Obrigações contratuais ou assumidas.	Disponibilidade de linhas de crédito rotativo.
Risco de solvência	Passivos financeiros, obrigações contratuais ou assumidas.	Monitoramento dos covenants financeiros e da situação econômico-financeira da Companhia.

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto a estrutura operacional e de controle internos da Companhia para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e Política de Risco de Crédito. **1.1.2. Gestão de risco de mercado: Risco de taxa de juros:** Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras. Desta forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. **Risco de inflação:** A elevação das taxas de inflação e eventuais políticas anti-inflacionárias adotadas pelo Governo Federal podem acarretar na elevação das despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos indexados a índices de preços. A Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados a índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação. **Risco de preço de commodities:** Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por elevação dos preços das commodities que são utilizadas pela Companhia em suas atividades operacionais. **Commodities metálicas:** variações nos preços de commodities me-

5.1. Resultado Econômico-Financeiro

DRE (R\$ mil)	2023		2022		Variação	
	2023	2022	R\$	%		
Receita líquida	90.590	144.055	(53.465)	-37%		
MARGEM BRUTA	90.590	144.055	(53.465)	-37%		
Custos de construção	-	(19.074)	19.074	-100%		
Custo de operação	(6.360)	(5.423)	(937)	17%		
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	(1.748)	(4.240)	2.492	-59%		
= Despesa Operacional	(8.108)	(28.737)	20.629	-72%		
PECLD	(310)	(85)	(225)	-26%		
EBITDA	82.172	115.233	(33.061)	-29%		
Depreciação	(402)	(109)	(293)	269%		
Resultado Financeiro	(35.183)	(41.731)	6.548	-16%		
IR/CS	(12.782)	(24.955)	12.173	-49%		
LUCRO LÍQUIDO	33.805	48.438	(14.633)	-30%		

A margem bruta e as despesas operacionais da Companhia no ano alcançaram R\$ 90.590 mil, -37% vs. 2022 e -R\$ 8.108 mil, -72% vs. 2022, respectivamente, explicadas pela entrada em operação de 100% da Companhia em 2023.

Como resultado dos efeitos descritos, o EBITDA encerrou o ano em R\$ 82.172 mil, queda de 29%, em relação ao ano de 2022.

O resultado financeiro foi negativo em R\$ 35.183 mil em 2023 (-16% vs. 2022), devido principalmente pela despesa com encargos financeiros, oriundo da redução do IPCA em relação a 2022.

Considerando os fatores acima mencionados, a Companhia registrou lucro líquido no ano de 2023 de R\$ 33.805 mil, redução de 30% em relação ao ano anterior.

6. ESTRUTURA DE CAPITAL

6.1. Perfil da Dívida

Em dezembro de 2023, a dívida bruta da Companhia, incluindo empréstimos e encargos, foi de R\$ 515.306 mil (dívida líquida R\$ 456.122 mil), apresentando um aumento de 4% em relação a dezembro de 2022, quando a dívida bruta foi de R\$ 493.792 mil (dívida líquida R\$ 450.362 mil).

Em dezembro de 2023, a Companhia contava com 4,7% da dívida bruta contabilizada no curto prazo e 95,3% no longo prazo.

DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Neoenergia Dourados, visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Neoenergia Dourados e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Neoenergia Dourados.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Neoenergia Dourados sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes das aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e nas Demonstrações Financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	2023	2022
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	8	41.214
Contas a receber de clientes e outros	9	10.981
Títulos e valores imobiliários	10	17.970
Tributos sobre o lucro a recuperar	7,1,3	3.327
Outros tributos a recuperar	18	68
Concessão do serviço público (ativo contratual)	10	86.508
Outros ativos		2.661
Total do circulante	162.229	150.903
Não circulante		
Tributos sobre o lucro a recuperar	7,1,3	97
Depósitos judiciais	13,1	11.513
Concessão do serviço público (ativo contratual)	10	997.108
Outros ativos		91
Imobilizado		3.972
Intangível		200
Total do não circulante	1.012.981	1.010.215
Total do ativo	1.175.210	1.161.118
Passivo		
Circulante		
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	11	10.602
Empréstimos e financiamentos	12	24.354
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar		55
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	7,2	1.769
Dividendos e juros sobre capital próprio	14,2	4.225
Outros passivos		293
Total do circulante	41.298	52.371
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos		

NEOENERGIA DOURADOS TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 27.847.973/0005-40 | Companhia Fechada

Para as emendas e normativos listados acima, a Companhia não identificou impactos significativos na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras. Em relação aos demais normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A composição da receita líquida por natureza e suas deduções, é conforme quadros a seguir:

	2023	2022
Remuneração do ativo contratual	113.764	109.924
Construção de infraestrutura da concessão	-	24.804
Contrato de conexão ao sistema de transmissão ("CCT")	2.274	1.665
Recursos de operação e manutenção	11.523	11.262
Ganho (perda) RAP	(26.349)	(2.358)
Recita operacional bruta	101.215	160.035
(-) Deduções da receita bruta (nota 3.1)	(10.625)	(15.980)
Total receita operacional líquida	90.590	144.055

ⁱ A variação refere-se principalmente a atualização da inflação da RAP realizada no modelo de cálculo do ativo contratual.

3.1. Deduções da receita bruta:

	2023	2022
Tributos gerais		
PIS e COFINS – correntes	(9.006)	(8.372)
PIS e COFINS – diferidos	(357)	(6.431)
	(9.363)	(14.803)

Encargos setoriais

Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(87)	(810)
Taxa de Fiscalização de Serviço de Energia Elétrica – TFSEE	(391)	(367)
	(1.262)	(1.177)
	(10.625)	(15.980)

Total

3.2. Política contábil: A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e pode ser mensurada de forma confiável, que geralmente ocorre ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A receita de construção de infraestrutura da concessão é reconhecida ao longo do tempo, de acordo com a satisfação das respectivas obrigações de desempenho estabelecidas entre o cliente e a Companhia, considerando o atendimento de um dos seguintes critérios estabelecidos pela norma: (i) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados; (ii) a obrigação de desempenho cria ou melhora o ativo que o cliente controla a medida que o ativo é criado ou melhorado; (iii) a obrigação de desempenho não cria um ativo com um uso alternativo para a entidade e a Companhia possui direito executável ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente. Esta receita corresponde aos custos de construção adicionados de uma margem bruta, destinada a cobrir os custos de gestão ou execução da construção dos ativos transmissão de energia elétrica. A receita de operação e manutenção é reconhecida mensalmente, a partir da entrada em operação comercial, como uma obrigação de desempenho que é cumprida pela operação e manutenção das linhas de transmissão. Esta receita é calculada levando em consideração os custos incorridos no contrato de concessão para estas obrigações de desempenho, acrescidos de margem. A receita de remuneração reflete o componente de financiamento do ativo contratual e é reconhecida ao longo do tempo baseado na taxa de remuneração do ativo contratual. Esta taxa é definida no início do projeto e não sofre alteração ao longo da vida do contrato. A Receita Anual Permitida (RAP) é revisada anualmente em função da inflação, conforme o índice de atualização previsto em cada contrato de concessão (IPCA). A parcela de reajuste relativa à variação desses índices é considerada como um componente de contraprestação variável e os efeitos resultantes da aplicação dos novos valores de RAP no modelo de cálculo do ativo contratual são imediatamente reconhecidos no resultado, no grupo de receita operacional. A Companhia observou as orientações do Ofício-Circular nº04, divulgado pela CVM, na elaboração das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023 e 2022, com destaque para a necessidade de atribuição de margens para o reconhecimento das receitas de construção e de operação e manutenção da infraestrutura, bem como para a taxa utilizada para a remuneração dos contratos de concessão, que deve corresponder à taxa implícita remanescente de cada projeto, após a alocação das margens de construção e de operação e manutenção, com a adoção das seguintes políticas contábeis: I. Atribuição de margens de construção e de operação e manutenção no início de cada projeto para o reconhecimento das respectivas receitas. A taxa interna de retorno utilizada para viabilidade dos projetos de transmissão varia entre 16% a.a. e 17% a.a., nominal e antes dos impostos. II. A remuneração do ativo contratual é reconhecida pela taxa implícita estabelecida no início de cada projeto e que é obtida após a alocação das margens de construção e de operação. A taxa implícita que remunera o ativo de contrato varia entre 6,5% a.a. e 11% a.a.

4. CUSTO DE CONSTRUÇÃO

	2023	2022
Pessoal e benefícios a empregados	-	(1.213)
Material	-	(3.025)
Serviços de terceiros	-	(2.196)
Outros	-	(2.440)
Total	-	(19.074)

5. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2023	2022
Custos de operação		
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas		
Total		

Pessoal e benefícios a empregados (1.202) (1.109) (2.311)
 Serviços de terceiros (4.739) (5.275) (6.275)
 Depreciação e amortização (248) (154) (402)
 Provisão para processos judiciais (494) (494) (494)
 Impostos, taxas e contribuições (65) (42) (107)
 Outras receitas e despesas, líquidas (354) 1.433 1.079
Total (6.608) (1.902) (8.510)

	2023	2022
Custos de operação		
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas		
Total		

Pessoal e benefícios a empregados (1.674) (1.538) (3.212)
 Serviços de terceiros (2.821) (1.082) (3.903)
 Depreciação e amortização - (109) (109)
 Provisão para processos judiciais - (146) (146)
 Impostos, taxas e contribuições (22) (117) (139)
 Outras receitas e despesas, líquidas (906) (1.357) (2.263)
Total (5.423) (4.349) (9.772)

6. RESULTADO FINANCEIRO

	2023	2022
Receita financeira		
Renda de aplicações financeiras	6.936	3.535
(-) PIS e COFINS sobre receita financeira	(391)	(253)
Atualização de depósitos judiciais	15	282
Juros e encargos contas a receber de clientes e outros títulos	669	5
Outras receitas financeiras	92	288
	7.328	3.857
Despesa financeira		
Encargos sobre instrumentos de dívida	(40.329)	(44.464)
Encargos sobre mútuo	-	(1.641)
Atualização de provisões para processos judiciais	(2.717)	(745)
IOF	(34)	(43)
Outras despesas financeiras	(103)	(41)
	(43.182)	(46.934)
Outros resultados financeiros, líquidos		
Perdas com variações cambiais e monetárias	(10)	-
Ganhos com variações cambiais e monetárias	681	1.358
	671	1.346
Resultado financeiro, líquido	(35.183)	(41.731)

7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS E ENCARGOS SETORIAIS

7.1. Tributos sobre o lucro diferidos: Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda ("IRPJ") e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ – 25% e CSLL – 9%), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício. **7.1.1. Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado:** A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	2023	2022
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	46.587	73.393
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:		
Benefício tributário sobre os juros sobre o capital próprio	1.690	-
Outras adições (reversões) permanentes	1.368	(1)
Tributos sobre o lucro	(12.782)	(24.955)
Alíquota efetiva	27%	34%
Diferido	(12.782)	(24.955)

7.1.2. Tributos sobre o lucro diferidos:

	IR/CSLL	2023	2022
Provisão participação nos lucros e resultados	-	-	58
Prejuízo fiscal e base negativa	25.250	24.812	-
Outros	1.479	488	-
Total diferenças temporárias - ativo	26.729	25.358	-
Passivo			
Margem na construção e remuneração do ativo de contrato	(163.045)	(148.892)	-
Total diferenças temporárias - passivo	(163.045)	(148.892)	-
Tributos diferidos sobre o lucro passivos, líquido	(136.316)	(123.534)	-

As variações dos tributos diferidos passivos são as seguintes:

	2023	2022
Saldo inicial do exercício	(123.534)	(98.579)
Efeitos reconhecidos no resultado	(12.782)	(24.955)
Saldo final do exercício	(136.316)	(123.534)

A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados em projeções baseadas no planejamento estratégico. Em 31 de dezembro de 2023, a expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos, reconhecidos, está apresentada como segue:

	2024	2025	2026	Entre 2027 e 2032
Ativo fiscal diferido	2.127	733	1.591	22.278

7.1.3. Tributos sobre lucro a recuperar:

	2023	2022
Imposto de Renda – IR	3.054	10.301
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	370	205
Ativo	3.424	10.506
Circulante	3.327	10.416
Não circulante	97	90

7.1.4. Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil: Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, e nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são passivos quando existindo um direito legalmente adquirido de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributáveis futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos impostos diferidos ativos que são reconhecidos com base no tempo e nos lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluídos, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas, preço de commodities, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) comerciais e tributários. A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na

identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis. **7.2. Outros tributos e encargos setoriais a recolher:**

	2023	2022
Programa de integração social – PIS ^ⁱ	18.007	17.947
Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS ^ⁱ	82.951	82.673
Outros	885	320
Outros tributos	101.843	100.940
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	598	438
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	11	129
Encargos setoriais a recolher	717	576
Total outros tributos e encargos setoriais a recolher	102.560	101.516
Circulante	1769	1242
Não circulante	100.791	100.274

ⁱ Contempla o PIS e COFINS diferidos sobre as receitas de construção da infraestrutura de transmissão e da remuneração do ativo de contrato, que serão realizados até o término do contrato de concessão.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2023	2022
Caixa e depósitos bancários à vista	3.365	7.837
Fundos de investimento	37.851	35.529
	41.216	43.366

As carteiras de instrumentos financeiros classificadas como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2023 é de 100,3% do CDI (100,3% em 31 de dezembro de 2022). A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, é constituída, principalmente por fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia, compostos por diversos ativos, visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, conforme abaixo:

	2023	2022
Carteira Fundos exclusivos		
Operações comprometidas	37.851	35.529
	37.851	35.529

Os fundos de investimentos exclusivos da Companhia representam apenas veículos de propósito específico controlados pela Neoenergia S.A. para que o grupo diversifique seus investimentos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco. Os fundos estão sujeitos a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, existindo obrigações financeiras relevantes ou demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como ativos dos cotistas para garantir essas obrigações.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	2023	2022
Perdas de crédito		
Contas a receber		
Receivável esperadas		
Líquidos		
Concessionárias	11.472	(491)
	11.472	(491)

O aging do contas a receber de disponibilização do sistema de transmissão está apresentado como segue:

	2023	2022
Perdas de crédito		
Receivável crédito esperadas		
Receivável crédito esperadas		
A vencer	10.107	(37)
Saldos vencidos:		
90 dias e 180 dias	845	(169)
entre 91 e 180 dias	361	(145)
entre 181 e 365 dias	75	(57)
acima de 365 dias	84	(84)
	11.472	(491)

9.1. Variação das perdas de crédito esperadas – PCE:

	2023	2022
Saldo inicial do exercício	(181)	(96)
Adições	(310)	(85)
Saldo final do exercício	(491)	(181)

9.2. Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil: As contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (veja nota 16.4) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, deduzidos das perdas de crédito esperadas. A Companhia reconhece perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes em montante considerado suficiente pela Administração, baseado em estimativas e julgamentos críticos. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** A Companhia mensura as perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de perda esperada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras das operações da Companhia. A Companhia não possui histórico de perdas materiais e, portanto, utiliza uma matriz que considera percentuais crescentes de provisão que pode chegar a 100% em caso de atraso superior a 12 meses. Considerando que existem mecanismos estabelecidos pelo ONS para mitigar risco de crédito, as perdas de créditos constituídas não são relevantes.

10. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO CONTRATUAL)

A concessão da Companhia não é onerosa, portanto, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. O contrato de concessão outorgado possui prazo de 30 anos e prevê a prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do término do prazo contratual ou outra das hipóteses contratuais previstas, opera-se à reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados à infraestrutura vinculada à prestação do serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Os ativos vinculados à infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigação de desempenho, são classificados como Ativos de Contrato e apresentam os seguintes saldos no balanço patrimonial:

	2023	2022
Saldo inicial do exercício	1.079.309	1.009.789
Realização do ativo contratual pela parcela da RAP do exercício	(84.502)	(77.013)
Remuneração do ativo contratual	113.764	109.924
Adições e remensuração do ativo contratual	(25.405)	36.609
Saldo final do exercício	1.083.166	1.079.309
Circulante	86.058	84.926
Não circulante	997.108	994.383

10.1. Política contábil: O Contrato de Concessão de Serviço Público de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente – Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia e estabelecem que, de acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. O direito à contraprestação por bens e serviços é condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um ativo de contrato, e conforme o cumprimento das obrigações de desempenho são subsequentemente reclassificadas para a contas a receber de clientes. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através do fluxo de caixa de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.

11. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR DE EMPREITEIROS

	2023	2022
Material e serviços	10.602	9.277
Total	10.602	9.277

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

12.1. Dívida líquida: A Companhia avalia a dívida líquida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo, sendo capaz de gerar valor ao seu acionista, através do pagamento de dividendos e ganho de capital. A dívida líquida é composta como segue:

	2023	2022
Empréstimos bancários e financiamentos bancários		
Agências de fomento	27.720	29.785
Empréstimos e financiamentos	515.306	493.792
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 8)	(41.216)	(43.430)
(-) Títulos e valores mobiliários	(17.970)	-
Dívida líquida	456.122	450.362

12.2. Empréstimos e financiamentos: As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de agências de fomento, principalmente denominadas em Real Brasileiro ("R\$"). As dívidas são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e dos eventuais pagamentos. Subsequentemente, as dívidas são reconhecidas pelo custo amortizado.

a) Saldos dos contratos por moeda:

	2023	2022
Denominados em R\$		
Indexados a taxas flutuantes	517.701	496.073
(-) Custos de transação	(2.395)	(2.281)
	515.306	493.792
Passivo circulante	24.354	28.057
Passivo não circulante	490.952	465.735

b) Fluxo de pagamentos futuros de dívida: A Companhia busca estruturar sua dívida em consonância com o ciclo financeiro de seus negócios, observando as peculiaridades de cada empresa e as características de suas concessões e autorizações. Os fluxos de pagamentos futuros da dívida de principal e juros são os seguintes:

	Principal ⁽¹⁾	Juros ⁽¹⁾	Total
2024	224.080	18.386	42.466
2025	25.214	18.036	43.250
2026	26.304	17.424	43.728
2027	27.466	16.986	44.452
2028	28.692	16.632	45.324
Entre 2029 a 2033	164.388	73.543	237.931
Entre 2034 a 2038	197.696	51.647	249

NEOENERGIA DOURADOS TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 27.847.973/0005-40 | Companhia Fechada

15.4. Remuneração da administração (Pessoal-chave): Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não houve remuneração dos administradores da Companhia.

16. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

16.1. Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros: A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	2023		2022	
	CA	VJR	CA	VJR
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	3.363	37.851	7.837	35.593
Títulos e valores mobiliários	-	17.970	-	-
Contas a receber de clientes e outros	11.472	-	11.787	-
Outros ativos financeiros	451	-	499	-
	15.286	55.821	20.123	35.593
Passivos financeiros				
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	10.602	-	9.277	-
Empréstimos e financiamentos	515.306	-	493.792	-
Outros passivos financeiros	275	-	1.984	-
	526.183	-	505.053	-

CA – Custo amortizado; VJR – Valor justo por meio do resultado.

16.2. Estimativa do valor justo: Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: **Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; **Nível 2** – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e **Nível 3** – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 16.7 – análise de sensibilidade. **16.3. Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo (“VJR”):** O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo estão demonstrados como segue:

Ativos financeiros

Caixa e equivalentes de caixa
Títulos e valores imobiliários

	2023	2022
Nível 2	Nível 2	Nível 2
	37.851	35.593
	17.970	-
	55.821	35.593

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo. **16.4. Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado (“CA”):** Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado que em virtude do ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

	2023		2022	
	Saldo contábil	Estimativa de justo (nível 2)	Saldo contábil	Estimativa de justo (nível 2)
Empréstimos e financiamentos	515.306	510.201	493.792	495.000

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores são iguais aos montantes mensurados ao custo amortizado (saldo contábil). **16.5. Política contábil:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias: (i) Ativos financeiros: Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: • Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; • Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e • Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos mensurados pelo CA e VJR estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperados. De modo geral, as perdas de crédito esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: Contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que a pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras. (ii) Passivo financeiro: Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determina-

dos passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. **16.6. Métodos e técnicas de avaliação:** O valor justo dos empréstimos e financiamentos classificados no nível 2 são baseados na abordagem de Receita ou na abordagem de Mercado. **16.7. Análise de sensibilidade:** A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes. - Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2023. - Cenário II: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas. - Cenário III: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas. A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no exercício	Exposição (Saldo/ Nocial)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Ativos financeiros							
Aplicações Financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	11,65%	55.821	6.503	(975)	(1.951)
Passivos financeiros							
Dívida em IPCA	IPCA	Alta do IPCA	4,68%	(517.701)	(39.285)	(3.244)	(6.489)

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA EXECUTIVA

Fabiano Uchoas Ribeiro
Diretor de Operações

Fabrizio Duque Estrada Meyer Chagas
Diretor Financeiro

CONTADOR

Tiago Donatti Furigo
CRC-SP-338760/O-6

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da Neoenergia Dourados Transmissão de Energia S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Neoenergia Dourados Transmissão de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Neoenergia Dourados Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar

distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco

de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 6 de fevereiro de 2024

Deloitte

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F”RJ

Jônatas José Medeiros de Barcelos
Contador
CRC nº 1 RJ 093376/O-3

Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2 de
24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura
de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 08/02/2024

A autenticidade deste documento
pode ser conferida através do QR Code
ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/02/08/NEODOURADOS1574313308022024.pdf>
Hash: 17073350642a44fd507184906a056f285e27ed14b